

## Práticas da antipolítica: perspectivas do governo eleito em Minas Gerais

### Cenário nacional

Ao avizinhar-se o novo ano, a controversa composição do governo federal que toma posse em primeiro de janeiro tem ocupado a atenção da imprensa e causa apreensão aos movimentos sociais. Após a guerra deflagrada durante a campanha eleitoral, o habitual seria que as forças vitoriosas fizessem um gesto de pacificação e de retomada da normalidade política e institucional no país. Afinal, espera-se que o presidente governe para todos. Tal gesto, porém, não aconteceu e, mesmo durante a transição entre governos, ecoam confrontações e ameaças.

Há pelo menos cinco anos a população brasileira tem sido arrastada a um ambiente de beligerância na política. Mesmo pessoas menos interessadas no acompanhamento da vida política foram envolvidas por esse processo. As questões políticas ocuparam a pauta da opinião pública nos mesmos espaços antes destinados às questões corriqueiras da vida cotidiana. As redes sociais tornaram-se o lugar onde essa invasão dos temas políticos na vida cotidiana se fez mais evidente.

Múltiplos fatores contribuíram para essa inversão de pauta que introduziu o debate político em grupos antes avessos a esse tipo de discussão. Um deles foi, possivelmente, o atravessamento do Judiciário na política. Esse poder da República vem sendo criticado por não ter sido capaz de justificar, de forma explícita e incontestada, o caráter técnico de suas decisões e a sua coerência com o devido processo legal. Na falta dessa argumentação racional, multiplicam-se as acusações e suspeitas de que o Judiciário estaria agindo de forma parcial, arbitrária e persecutória, pautado por projetos de poder que atendem a interesses particulares.

Outro fator presente no processo eleitoral foram os desdobramentos da deposição da presidente Dilma Rousseff (PT), que obtivera a maioria dos votos nas eleições de 2014. De acordo com o

argumento oficial, a destituição de Rousseff aconteceu por causa de uma manobra contábil. Contudo, não lhe foi imputado, de maneira inequívoca, qualquer crime. Como o governo Temer, que a sucedeu, implantou um programa muito diverso daquele que havia sido aprovado nas urnas em 2014, ganhou terreno a narrativa que considera o *impeachment* como um golpe de estado, encoberto pelo verniz de constitucionalidade dos procedimentos e dos ritos utilizados. Muitos analistas têm constatado, porém, que a tomada do poder político foi apenas instrumento para se implantarem as mudanças econômicas que beneficiam apenas os ricos.

Essa é também a leitura dos fatos que prevaleceu na imprensa internacional. Na mídia nativa, entretanto, impera um ponto de vista bastante diverso. O jogo operado nas instituições de Estado tal como resumido acima foi seguido de perto por uma cobertura midiática parcial e tendenciosa. O discurso ofertado pela mídia se concentra numa abordagem que interpreta a corrupção separada de seu fundo econômico, social e político. Dessa forma, aparecem apenas as pessoas e os partidos considerados corruptos, mas permanece invisível o sistema que acolhe e integra a corrupção como parte estrutural de seu funcionamento.

Por um lado, a mídia foi responsável por reforçar, no imaginário popular, a ideia segundo a qual a corrupção é a principal (senão a única) ameaça, responsável por todos os males do país. Contudo, deixou despercebido o fato de que a corrupção faz parte do modo como age o próprio sistema. Mesmo sonhando ao seu público de leitores e expectadores uma parte significativa dos dados que permitiriam a formação de opiniões mais coerentes e condizentes aos fatos, a mídia brasileira continuou arrogando imparcialidade.

Como discutido abaixo, no discurso midiático a corrupção passa a se constituir apenas como um problema moral e não como um problema efetivamente político. Tratada como um problema moral, a corrupção aconteceria por existirem pessoas más que se deixam arrastar por seu egoísmo. Seria, então, um acontecimento acidental, particular, um caso isolado. Como um problema político, a corrupção existe porque pessoas se organizam para, servindo-se das estruturas do Estado, atrair benefícios econômicos e políticos para si mesmas, seu segmento ou sua classe social.

Nada disso é debatido. Pelo contrário, manteve-se a sociedade distraída com questões alheias aos verdadeiros problemas do País. Enquanto grupos se servem do Estado para atingir seus interesses econômicos e políticos, a população estava entretida com uma pauta de costumes (casamento gay, violência, combate às drogas...). Não se trata, de forma alguma, de afirmar que essas sejam questões menores ou sem importância. Ao contrário, elas dizem respeito à garantia e à concretização de direitos fundamentais do cidadão. No entanto, a disputa central estava acontecendo em outra esfera – o campo econômico, que é a base para todas as outras.

Outro espaço de batalha importante foram as redes sociais. Dois escândalos internacionais revelaram a manipulação da opinião dos usuários de redes sociais digitais e escancararam mecanismos que existem com a finalidade de induzir e controlar ideias. Tem sido comum afirmar que esse uso das redes sociais foi decisivo para que os eleitores americanos escolhessem Donald Trump como presidente dos Estados Unidos. Do mesmo modo, suspeita-se que, naquele mesmo ano de 2016, a manipulação da opinião pública teria levado os ingleses a optarem pela saída do Reino Unido da Comunidade Econômica Europeia.

As eleições brasileiras de 2018 foram acompanhadas com grande interesse pela imprensa e por cientistas sociais em diversas partes do mundo, pois temia-se a possibilidade de que também aqui as redes sociais fossem utilizadas para induzir eleitores ao voto. Um tema que vem se tornando dos mais frequentes objetos de estudo relativamente às últimas eleições é o papel exer-

cido pelas notícias fraudulentas, difundidas sobretudo por meio do *WhatsApp*. A combinação dessas *Fake News* com a cobertura midiática tendenciosa pode ter sido determinante para o resultado eleitoral deste ano.

Não parece haver quem conteste que o uso de notícias fraudulentas tenha sido uma tática de campanha bastante eficaz, não obstante seu caráter antiético. Pelo que já se sabe, a prática consiste em expor a pessoa repetidamente a temas que lhe são sensíveis, ligados a seus valores morais e contrários a sua visão de mundo. Tais questões são abordadas de modo a gerar medo e insegurança. A resposta da pessoa que se sente sob ataque é, frequentemente, uma autodefesa irracional que se manifesta como ódio contra o diferente. Desse modo, não se produz debate, mas sim o combate a modos de existência distintos daquele em que está inserido o sujeito exposto a tal manipulação do comportamento.

Uma das principais e mais impactantes consequências de toda essa campanha é que o cidadão mais identificado com modos de vida tradicionais e conservadores contra-ataca os pontos de vista que ele entende como desviantes. Parece decorrer disso o clima de guerra que se instalou na sociedade brasileira. Mantido o rumo das políticas adotadas no novo governo, existe a possibilidade de que se aprofundem os ataques aos direitos individuais e às minorias, assim como a perseguição aos movimentos sociais. Esse ambiente vem sendo visto pelos estudiosos como uma ameaça real para o regime político democrático.

Uma pesquisa (CNI/Ibope) divulgada ainda neste mês de dezembro indica que, em meio a tais circunstâncias, o novo governo está sendo esperado com otimismo. Três em cada quatro pessoas (75%) entrevistadas concordam com as decisões já encaminhadas pelo futuro governo durante a transição. Em proporção semelhante, 64% dos entrevistados dizem acreditar que o futuro governo será bom ou ótimo. Isso sugere que o novo governo está sendo aguardado com boa expectativa. Por outro lado, tal esperança agrava ainda mais a apreensão e a aflição que outra parcela da sociedade experimenta frente aos próximos acontecimentos no cenário político nacional.

## Minas Gerais e a antipolítica

É inevitável constatar que a votação de 71,8% dos votos válidos obtida pelo governador Romeu Zema (Novo) indica que o discurso antipolítico exerce um fascínio sobre o eleitor. Sem acompanhar e talvez por não compreender efetivamente o que é a política e qual sua importância, uma significativa parcela da população afirma nutrir um profundo desprezo pela política, tal como já demonstraram repetidamente diversas pesquisas de opinião.

Ganham espaço, então, os candidatos que afirmam não serem políticos. Por si só, isso já representa uma contradição óbvia já que tal candidato se tornaria político, no sentido mais usual da palavra, pela simples decisão de disputar uma eleição. Há dois anos, nas eleições municipais de 2016, candidatos que se diziam “não políticos” conseguiram importantes vitórias. Entre os mais conhecidos, podem ser citados o (agora ex-) prefeito João Dória (PSDB) em São Paulo e, em Belo Horizonte, o prefeito Alexandre Kalil (PHS).

## O que é o “novo” na política?

As eleições de 2016 e de 2018 aconteceram sob a já mencionada campanha midiática que apresentava a corrupção como a origem de todos os problemas da nação. Nessa campanha, a política foi tratada como atividade de bandidos e os partidos como covis de corruptos. Tal como discutido anteriormente, nesse período não se fez na mídia uma discussão de fundo sobre a corrupção, mas as análises na imprensa tenderam a reduzir a questão a uma abordagem moral. É como se existissem naturalmente pessoas corruptas e pessoas honestas, indiferentes ao sistema político, social e econômico. Nessa mentalidade, parece que o problema se resolveria por si só, pelo simples fato da prisão e punição exemplar da pessoa que supostamente cometeu os “malfeitos”.

Em meio a essa forma de elaborar o problema, do ponto de vista do eleitor comum, parece óbvio que a solução seria encontrar uma pessoa que não estivesse contaminada pela bandalheira. Entretanto, aparentemente lógico e intuitivo,

Transcorrida a metade do mandato que as urnas conferiram a esses “prefeitos não políticos”, parece já haver material suficiente para uma análise que considere, empiricamente, a inconsistência desse discurso e das práticas da chamada “antipolítica”. A suposição de que alguém de fora da política pode governar melhor de que um político não está suficientemente demonstrada. Tampouco tem se mostrado razoável acreditar que alguém possa exercer um cargo eletivo sem fazer política.

Ainda resta saber se uma conquista eleitoral – resultante do apelo à desinformação e à ignorância como motivação para o voto – oferece de fato ao eleitor um governo condizente com as promessas de êxito que lhe foram feitas. Ao que parece, num horizonte de curto prazo, já está claro que a antipolítica funciona como uma tática eleitoral eficaz, mas não está claro se e em que medida ela representa uma efetiva novidade no modo de se fazer política, tal como alegam os praticantes desse discurso.

esse argumento abre espaço para toda sorte de “salvadores da pátria”. Na eleição para governador em Minas Gerais, diferentes grupos tentaram apresentar-se como a “terceira via”, como se algum dos partidos tradicionais pudesse ter legitimidade para se destacar dos dois grupos (PT e PSDB) com os quais, durante muitos anos, controlaram o cenário político mineiro. Até mesmo o MDB e o PSB buscaram ocupar esse lugar, não obstante o fato de que, em alguma medida, tenham pactuaram com um lado ou com o outro desde que se instalou essa disputa binária em Minas.

O próprio uso da palavra “novo” para qualificar um candidato poderia ser objeto de diversos questionamentos. O fato de que alguém tenha acabado de entrar para a política partidária e esteja disputando eleição pela primeira vez não se mostra capaz de garantir frescor de ideias e de práticas políticas. É comum que o discurso do “novo” apenas esteja requeitando ideias já surradas. As promessas de maior eficiência, honesti-

dade e transparência são velhas conhecidas do eleitor e não há indicativos que possam garantir que serão cumpridas apenas por terem sido feitas por um novato nas disputas eleitorais.

Outras propostas como a de redução de gastos, o enxugamento da máquina estatal ou a privatização de equipamentos e empresas públicas tampouco representam novidade. São conhecidas há décadas no Brasil, remontando pelo menos ao governo Collor (1990-1992). Não há garantia de que tais iniciativas se revertam em benefício para a sociedade.

### Um empresário pode governar melhor do que um político?

Dentre as convergências mais notáveis quando se buscam comparações entre as campanhas da eleição municipal (2016) e da eleição estadual (2018), destaca-se o fato de que ambos os vencedores sustentaram que, sendo alguém de fora da política e, principalmente, um empresário de “sucesso”, poderia fazer um melhor trabalho do que os políticos tradicionais. São diversos os pressupostos silenciados nesse discurso que parece exercer junto ao eleitorado um efeito sedutor.

Analistas e cientistas políticos externam um profundo mal-estar frente a esse tipo de plataforma. Primeiramente, porque ela opera uma dramática simplificação e ignora as diferenças de objetivo e de método das políticas públicas em face das práticas de gestão empresarial. Reduzir a prática política a medidas gerenciais é ignorar que a avaliação de um bom resultado no âmbito público pode ser muito diverso do que ocorre no âmbito de uma empresa. A eficiência contábil pura e simples raramente representa eficácia de uma política pública.

Uma política pública pode ser avaliada pelo seu alcance e sua efetividade na solução de problemas concretos vivenciados por determinado segmento da população. Nem sempre isso é mensurável ou, pelo menos, nem sempre tais resultados podem ser quantificados num prazo curto. Contrariamente, o resultado fiscal ou contábil positivo pode não implicar necessariamente um bom resultado em termos humanos.

A redução de secretarias ou ministérios é outra das propostas vendidas como soluções automáticas para os problemas decorrentes de gastos supostamente excessivos da máquina pública. Raramente o candidato ou o político eleito se preocupa em responder se e qual órgão fará o serviço que deixou de ser prestado pelo que foi extinto. Outro problema é a preservação dos processos e da própria história que pode se perder quando deixa de existir uma secretaria de Estado.

Além disso, tal como discutido adiante, o discurso do antipolítico simplifica as relações sociais ao acreditar na existência de uma objetividade linear alcançável por critérios “puramente técnicos”, como se fosse possível gerir o Estado de maneira isenta e indiferente aos interesses escusos de grupos sociais mais poderosos. Ao fazê-lo, os mais pobres e menos influentes tendem a ficar em prejuízo e, às vezes, totalmente desamparados.

Em sentido diverso, mas com resultados semelhantes, esse discurso antipolítico exclui a população da solução de seus próprios problemas. Transforma-se a cidadania em mero clientelismo, em detrimento do processo de discussão e de decisão participativa. O governante passa a ser visto como quem faz coisas *para* o povo, ou *apesar* do povo, mas sem a participação do povo.

No início de outubro, o prefeito Alexandre Kalil (PHS) declarou não reconhecer o trabalho de “nenhum tipo de movimento que não tenha autoridade legal”. Acrescentou que “a pastoral tem que cuidar de pedofilia de padre e largar quem sabe trabalhar”. Disse ainda que as pastorais “não têm que se meter nisso”. Naquele momento, tratava-se, a saber, da grave situação da população que vive na Capital em situação de rua. Informações oficiais dão conta de que existem, em Belo Horizonte, 4500 pessoas vivendo nessas condições.

Foi um ataque frontal ao trabalho das pastorais sociais e ensejou a produção de uma nota na qual a Arquidiocese de Belo Horizonte afirma que

“fé, caridade e solidariedade são indissociáveis” e que, “preservando o diálogo, as pastorais sociais e comunidades de fé da Arquidiocese continuam trabalhando, incansavelmente, na promoção da justiça e da fraternidade”. Houve, porém, rea-

ções ainda mais intensas. Nas redes sociais, o Governo Kalil foi acusado de autoritarismo, de perseguição aos pobres, desprezo aos miseráveis e de praticar política higienista.

## Existe política sem ideologia?

Outra argumentação antipolítica se explicitou fortemente nas últimas eleições. Trata-se da ideia de que é possível gerir a máquina estatal sem uma ideologia. A própria palavra “ideologia” passou a ser associada aos partidos e movimentos de esquerda, como se os outros grupos da sociedade não tivessem, cada qual à sua maneira, suas próprias ideologias. Considerando a questão por outro viés, nota-se também que a palavra “ideologia” recebeu uma carga negativa, como se possuir um conjunto de ideias e valores de base para pensar a realidade fosse por si só um defeito, e não uma condição inevitável sem a qual é impossível pensar. Ninguém é isento de ideologias.

Outro aspecto a se considerar é a prioridade da gestão e da eficiência administrativa em detrimento do Estado entendido como prestador de serviço ao cidadão. Se o governador eleito implementar as promessas que fez ao longo da campanha, uma série de serviços prestados pelo Estado deixaria de existir. A própria máquina pública seria desmontada para dar lugar a serviços prestados pela iniciativa privada mediante pagamento com dinheiro do Estado. Em outras palavras, essa é a agenda que se convencionou chamar de “neoliberal” e com a qual o governador eleito demonstrou concordância durante a campanha eleitoral. Nada há de novo em semelhante programa de governo.

Além disso, é preciso considerar que a vitória de Zema (Novo) na campanha se deu ao mesmo tempo em que Bolsonaro (PSL) ganhava a Presidência da República. A assimilação ao discurso de combate aos partidos e movimentos sociais de esquerda foi uma parte importante da campanha vencedora do grupo representado por Zema.

No mês de dezembro, também Kalil afirmou seu apoio ao presidente eleito. Seu discurso tinha um fundo pragmático, entendendo que a boa relação com a Presidência da República poderia facilitar a consecução de financiamentos de interesse para Belo Horizonte. A convivência democrática e a observância respeitosa do papel institucional inerente aos cargos que ambos ocupam é uma imposição para o gestor público.

No entanto, é difícil prever o tipo de convergência ideológica que pode acompanhar decisões políticas em aspectos bem menos técnicos do que a destinação de um financiamento para a cidade. Convicções ideológicas precedem e ganham concretude nas escolhas técnicas. Certos segmentos costumam ser sistematicamente alijados da vida pública por decisões supostamente técnicas. No entanto, a repetição de uma mesma decisão acaba conformando uma tendência, muitas vezes carregada de preconceitos ideológicos.

## Estando no Poder Executivo, como um antipolítico se relaciona com o Poder Legislativo?

Dentro de uma sociedade democrática, os poderes constituídos gozam de independência, mas inevitavelmente devem manter relações, assim como cada um limita e controla os demais. Isso implica que, necessariamente, alguém eleito para um cargo público deverá confrontar-se e negociar

com os demais eleitos individualmente ou, institucionalmente, com os componentes dos demais poderes de Estado. A pergunta óbvia a ser feita é qual a possibilidade de alguém desempenhar suas funções públicas sem se reconhecer como político.

O caso de Belo Horizonte pode ser considerado emblemático do modo como essa relação se dá no Brasil, atravessada por favorecimentos recíprocos entre os ocupantes dos cargos públicos. Essa é uma característica que se repete nos níveis federal, estadual e municipal de governo. Isso não implica, necessariamente, prática de corrupção (embora não se possa tampouco excluí-la). Trata-se de uma forma de usar a máquina e os serviços públicos para colher algum proveito político ou eleitoral. Tudo isso costuma ser visto como algo bastante natural pelos detentores de cargos eletivos no Brasil.

Tomando por referência as declarações públicas feitas pelo prefeito Alexandre Kalil (PHS), pode-se dizer que, desde sua campanha eleitoral, ele cultivava ideias gerais de ruptura com o modelo político das negociatas que impera e que, entre os analistas políticos da imprensa nacional, tantas vezes é nomeado como um “jeito mineiro” de se fazer política. No entanto, já os primeiros embates com a Câmara, nos meses iniciais do governo, exigiram que o Governo Municipal aprendesse a lidar com o modo de funcionamento do Legislativo.

Mesmo agora, já passados dois anos de mandato, essa questão aparece como problemática. Neste mês de dezembro, quando transcorria o processo de eleição da nova mesa diretora da Câmara Municipal, houve reclamação de vereadores contra a forma como se dá a relação entre Legislativo e Executivo durante o Governo Kalil. Alguns se queixaram do resultado da eleição por acreditarem que só foi possível chegar a um dado resultado porque o prefeito teria interferido na disputa.

Quatro chapas disputaram a composição da mesa diretora da Câmara Municipal. A tensão durante as negociações chegou a ameaçar a estabilidade da base do governo no Legislativo. Acabou sendo eleita a vereadora Nely Aquino (PRTB) para a Presidência da Casa. Sua candidatura contava com o apoio do prefeito. A chapa de Aquino recebeu 24 votos em um universo de 41 vereadores votantes.

Outro vereador se queixou da pressão que o Poder Executivo faria sobre os vereadores, amea-

çando tirar obras que beneficiam as bases eleitorais dos parlamentares. Em resposta divulgada pela imprensa, o prefeito teria se disposto inclusive a renunciar a seu cargo, caso algum vereador tivesse tido algum ganho junto ao Poder Executivo.

É fato que o modelo de loteamento regional da cidade pelos parlamentares pode ter encontrado dias tensos no início do Governo Kalil. Dizia-se, no começo daquela gestão, que os cargos no governo seriam ocupados por quem efetivamente tivesse competência e não por apadrinhamentos e fidelizações políticas. Até mesmo a imprensa acompanhou os momentos de tensão que essa declarada intenção de mudança gerou.

Não é raro que, em um município, o prefeito se sujeite a ceder cargos e outros favores do Poder Executivo como forma de conseguir o apoio dos vereadores na votação de propostas e leis de interesse para seu governo. Se essa forma de angariar apoio é eliminada, outras pontes acabam sendo construídas.

A alternativa mais comum é aquela que reforça o papel do vereador como uma espécie de despachante para fazer a mediação entre os serviços públicos e o cidadão. Mesmo serviços básicos como a poda de uma árvore, a instalação de um quebra-molas ou um encaminhamento burocrático só é alcançado pelo cidadão com a interveniência de um vereador. Aquilo que seria um direito do cidadão se converte em moeda de troca para o vereador em suas finalidades eleitorais.

Com a manutenção do modelo que faz do parlamentar um intermediador na aplicação de políticas públicas (função a ser exercida direta e exclusivamente pelo Poder Executivo), encontrou-se uma forma de se manter uma relação que não se pauta pelas funções prescritas na Constituição. A mencionada reclamação do vereador de Belo Horizonte, durante o processo eleitoral interno à Câmara, parece indicativo de que, entre os papéis do vereador de legislar e de fiscalizar o Executivo, ainda persistem práticas de cunho clientelista e coronelista.

## Existe separação entre decisões técnicas e decisões políticas?

Além da situação com a Câmara Municipal narrada acima, houve um outro fato após o período eleitoral que expressa com clareza o atravessamento das decisões técnicas pelas questões políticas. Trata-se da extinção da Secretaria Municipal de Governo logo após as eleições de outubro. Foi exonerado o Secretário de Governo, Paulo Lamac (Rede), juntamente com mais de cem servidores ligados a ele. Lamac é também vice-prefeito da Capital.

Os jornais noticiaram abertamente que o fim dessa secretaria era uma retaliação. Um candidato a deputado estadual, que tinha o apoio de Kalil, não conseguiu se eleger e o prefeito teria atribuído essa derrota à falta de empenho do referido secretário na campanha eleitoral. Segundo notícias de imprensa, essa foi a explicação para os fatos elaborada pelos próprios envolvidos, alegando um “desalinhamento político”. Não consta que tenha havido narrativa contrária a essa versão.

Foi dito também que a administração municipal economizaria R\$ 4 milhões. No entanto, já em novembro circulava a informação de que cerca de um terço dos cem servidores demitidos no processo já havia sido recontratado. Apesar disso a dimensão da economia obtida com o fim da Secretaria de Governo não voltou a ser discutida na imprensa local. Fatos como esse demonstram o caráter político (e não técnico) da decisão.

Apesar disso, o tema do corte de gastos e de aumento da eficiência da máquina pública esteve presente no discurso antipolítico da campanha de Kalil. No entanto, logo no início do governo, houve dissidência de pelo menos um dos vereadores da base de Kalil que acusava o prefeito de fazer as negociações de praxe, loteando cargos comissionados com militantes partidários. Com o tempo, a memória desses fatos desapareceu da pauta da imprensa local.

## Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

### Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: [www.nesp.pucminas.br](http://www.nesp.pucminas.br) | E-mail: [nesp@pucminas.br](mailto:nesp@pucminas.br) | Telefone: 3319-4978

### Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASP

José Zanetti Gonçalves – RENSE

### Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza

### Redator

Claudemir Francisco Alves